

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.113.837 - SP (2017/0132320-6)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : HELOISA APARECIDA CHAUAR CURI
AGRAVANTE : WALTER CHAUAR CURI
AGRAVANTE : VIVIANE CHAUAR CURI MENEGATTI
ADVOGADOS : DANIEL GUSTAVO MAGNANE SANFINS - SP162256
BÁRBARA PUPIN DE ALMEIDA E OUTRO(S) - SP316074
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : INÁCIO DA SILVEIRA BUENO NETO - SP056987
NELSON SHINOBU SAKUMA E OUTRO(S)
CELSO DE MOURA - SP090860
INTERES. : MARIA LIDIA CHAUAR LANZARA
INTERES. : GIUSEPPE FRANCESCO LANZARA
INTERES. : WALTER TUFIK CURI

EMENTA

AÇÃO PAULIANA. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL **MANEJADO NA ÉGIDE DO CPC/73**. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. PRESCRIÇÃO AFASTADA. DEMORA NA CITAÇÃO. SÚMULA Nº 106 DO STJ. E APLICAÇÃO DA PENA DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. PRETENSÃO RECURSAL QUE ESBARRA NA SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E NESSA EXTENSÃO NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

BANCO DO BRASIL S.A. (BB) ajuizou ação de desconstituição de ato de transferência de domínio de imóvel, contra GIUSEPPE FRANCISCO LANZARA MARIA LÍDIA CHAUAR LANZARA, WALTER TUFIK CURI e HELOÍSA APARECIDA CHAUAR CURI (GIUSEPPE e outros), sob a alegação da prática de alienação fraudulenta de imóvel.

A sentença que extinguiu o feito por acolher a prescrição, foi reformada em grau de apelação conforme acórdão assim ementado:

Ação Pauliana - prazo prescricional cuja fluência se inicia a partir da alienação do bem - citação válida dos Réus/Apelados realizada após o prazo prescricional, com efeitos que retroagem à data da propositura da demanda - art. 219, § 1º, do Código de Processo Civil - Recurso de Apelação conhecido e, quanto ao mérito, provido para determinar o retorno dos autos à la Instância, a fim de que a matéria seja julgada pelo mérito,

revertidos os encargos de sucumbência (e-STJ, fl. 568).

Os embargos de declaração foram rejeitados com aplicação das penas por litigância de má-fé (e-STJ, fls. 583/590 e fls. 735/742).

Irresignados, HELOÍSA APARECIDA CHAUAR VIVIANE CHAUAR CURI MENEGATTI e WALTER CHAUAR CURI, (HELOÍSA e outros) interpuseram recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da CF, onde alegaram violação dos arts. 17, 18, § 2º, 219, § 4º, 458, II e 535, II, do CPC/73; 178, § 9º, V, *b*, do CC/1916; pelos seguintes fundamentos (1) negativa de prestação jurisdicional; (2) prescrição do direito do recorrido BB, pois não ocorreu a citação válida dos demandados; (3) deve ser afastada a aplicação da multa por litigância de má-fé, na medida em que os embargos de declaração foram opostos com fins de prequestionamento.

Sem contrarrazões.

O Tribunal local inadmitiu o apelo nobre por (1) não ter sido demonstrada a violação dos arts. 458, II e 535 do CPC/73; (2) ausência de interesse recursal relativo à pena de litigância por má-fé, pois essa foi afastada pelo acórdão dos segundos embargos de declaração; (3) incidir a Súmula nº 7 do STJ;

HELOISA e outros ingressaram com agravo em recurso especial sustentando (1) o interesse em recorrer da aplicação da multa, uma vez que ocorreu erro na confecção do acórdão dos embargos de declaração, ficando mantida a multa; (2) ficou demonstrada a infringência dos preceitos indicados; (3) não se aplica a Súmula nº 7 do STJ.

Sem contraminuta.

É o relatório.

DECIDO

A irresignação não merece prosperar.

Vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

(1) Da negativa de prestação jurisdicional

Os agravantes sustentam a negativa de prestação jurisdicional no fundamento de que não ocorreu pronunciamento do acórdão recorrido acerca do prazo de que trata o art. 219, § 4º, do CPC/73.

No entanto, o Tribunal ao apreciar os primeiros embargos declaratórios pontuou expressamente que

Observe oportunamente que o § 4º do art. 219 do CPC/73 não se refere à hipótese do § 1º, até mesmo porque este não fixa prazo algum. Não é por outro motivo, ademais, que o Verbete no 106 da Súmula de Jurisprudência do STJ dispõe de forma expressa no sentido de que "Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência" (sem grifos no original).

Nesse contexto, a alegada omissão quanto às matérias objeto de recurso (Verbetes no 282 da Súmula de Jurisprudência do STF) não serve de pretexto à pura simples pretensão de reexame da matéria nem serve como pretexto para alegado "prequestionamento" da questão. E isso porquanto as questões suscetíveis de equacionamento no âmbito do Recurso Especial foram, todas, sem exceção, equacionadas pelo Acórdão Embargado (e-STJ, fls. 586/587).

Como se vê, não há vício a contaminar o acórdão combatido que não só examinou a questão como declinou os motivos de seu convencimento.

(2) Da alegada ofensa aos arts. 17, 18, § 2º, 219, § 4º, do CPC/73 e 178, § 9º, V, b, do CC/1916

O Tribunal estadual deu provimento ao apelo do BB afastando a prescrição e determinando o retorno dos autos para apreciação da matéria de fundo, nos termos assim consignados:

Evidente que o termo inicial da prescrição é a data da celebração do negócio jurídico (22.06.95.) uma vez que a disposição legal a respeito é expressa. As citações, por outro lado, ocorrem todas após a fluência do prazo prescricional, conforme refere com propriedade a sentença de mérito. Ocorre, contudo, que tem aplicação na espécie destes autos a iplina normativa do § 1º do art. 219 do Código de Processo Civil (com a redação dada pela

Lei Federal nº 8.952 de 13.12.94), a dispor no sentido de que "A interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação" (sem grifos no original). Ora se a demanda foi proposta em 08.06.99 e se o último dia para propor a demanda visando o reconhecimento da fraude seria 21.06.99.

tem-se como mais que evidente que a sentença monocrática não pode subsistir, tal como proferida.

DIANTE DO EXPOSTO, o voto deste Relator conhece do recurso de apelação e, quanto ao mérito, a ele DÁ PROVIMENTO para afastar a alegada fluência do prazo prescricional, determinando o retorno dos autos à 1ª Instância para que a demanda seja analisada do ponto de vista das demais matérias de fundo. Ficam revertidos os encargos de sucumbência (e-STJ, fls. 568/569).

O referido acórdão foi integrado na via dos aclaratórios nos seguintes termos:

*Observo oportunamente que o § 4º do art. 219 do CPC/73 não se refere à hipótese do § 1º, até mesmo porque este não fixa prazo algum. Não é por outro motivo, ademais, que o Verbete no 106 da Súmula de Jurisprudência do STJ dispõe de forma expressa no sentido de que "**Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da iustica, não justifica o acolhimento da arquéição de prescrição ou decadência**" (sem grifos no original).*

(...)

Embargos de Declaração não detém efeito infringente, o que é pacífico na jurisprudência. Tal fato reveste a presente insurgência de manifesto caráter protelatório (art. 17, Inc. VI, do CPC), o que possibilita claramente a aplicação de pena por litigância de má fé, fixada a multa em 1% sobre o valor da causa. Observe-se a respeito a jurisprudência, aplicável "mutatis mutandis" à hipótese destes autos (...) (e-STJ, fls. 586/587).

Sendo esses os termos do aresto impugnado, a sua revisão à luz da fundamentação deduzida no recurso especial encontra-se obstada pela Súmula nº 7 do STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. PRESCRIÇÃO. DEMORA

*NA CITAÇÃO ATRIBUÍDA AO MECANISMO JUDICIÁRIO.
SÚMULAS N. 106 E N. 7 DO STJ.*

1. Tendo a Corte a quo empregado fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia que lhe foi submetida à apreciação, não há se falar em violação do art. 535 do CPC.

2. No caso específico, o acórdão do Tribunal a quo consignou que "a demora na efetivação da citação da executada decorreu em razão da morosidade do Poder Judiciário", por isso concluiu pela aplicação da Súmula 106/STJ.

3. A Corte Especial do STJ sedimentou na súmula n. 106 o entendimento de que "proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência".

4. À luz da jurisprudência do STJ, rever o entendimento do Tribunal de origem, que concluiu que a demora na citação se deu por culpa do mecanismo judiciário, ensejaria o reexame do conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de recurso especial, conforme preconizado pela Súmula n. 7 do STJ.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg nos EDcl no AREsp 411.735/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, j. em 25/08/2015, DJe 03/09/2015)

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
COMPRA E VENDA DE IMÓVEL RURAL. PREÇO INTEGRALMENTE QUITADO. ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA.*

1. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. QUESTÃO PRECLUSA. 2. ART. 320 DO CC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. 3. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REVISÃO DO JULGADO QUE IMPORTA NO REEXAME DE FATOS E PROVAS. 4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A questão referente aos honorários advocatícios está preclusa, porquanto o percentual foi fixado em sentença e o agravante não se insurgiu contra ele nas razões de apelação. 2. O Tribunal de origem, a despeito dos embargos de declaração suscitados, não se manifestou expressamente sobre o art. 320 do CC. Persistindo a omissão, é necessária a interposição do recurso especial por afronta ao art.

535 do CPC/1973, o que não foi feito, sob pena de subsistir o óbice da ausência de prequestionamento.

3. A revisão do julgado a quo para afastar a litigância de má-fé do agravante exigiria o revolvimento das circunstâncias de fato pertinentes ao caso, o que não se admite em recurso especial, diante da aplicação da Súmula 7 desta Corte.

4. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1026321/SP, Rel.

Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. em
27/04/2017, DJe 05/05/2017)

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER PARCIALMENTE** do recurso especial e nessa extensão **NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § º do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

